

GLOBALIZAÇÃO, NOVA ORDEM REGULATÓRIA AGRÍCOLA E CONFLITUALIDADE RURAL EM PORTUGAL (1986-1996)*

JORGE M. A. CALEIRAS**

RESUMO

Nos últimos anos produziram-se transformações nas condições objectivas que governam globalmente a sociedade — designadamente a progressiva integração das sociedades num mercado mundial fortemente competitivo —, que, inevitavelmente, se repercutiram na organização do sector agrícola mundial, europeu e português.

Neste artigo procura-se relacionar o recente recrudescimento do mal-estar e da conflitualidade, transversal aos diversos estratos de produtores agrícolas portugueses, com aquelas transformações.

A partir de um registo sociográfico dos conflitos sociais agrários ocorridos entre 1986 e 1996 e de uma hermenêutica de alguns episódios de luta mais significativos o objectivo foi o de conhecer melhor as causas desse mal-estar e dessa conflitualidade, bem como as estratégias de resposta usadas pelos produtores para exprimir o seu descontentamento e o seu protesto.

1. SENTIDO GLOBAL DE UMA ANÁLISE

O que se pretende com este pequeno texto é discutir alguns comportamentos de natureza conflitual que se geraram recentemente, entre 1986 e 1996 nos diversos estratos dos agricultores portugueses e que podem estar relacionados, de uma forma mais ou menos clara, com os processos de globalização.

Para isso, o conceito de globalização é tomado num sentido muito amplo um sentido que, nos termos propostos por Giddens, se traduz na “intensificação das relações sociais à escala mundial” (1990: 64) ou que nos termos de Robertson se reflecte numa intensa corrente de consciencialização do mundo como um todo temporalmente comprimido e funcionalmente integrado (1992).

Um sentido tributário das mudanças recentes do capitalismo avançado, que têm resultado em processos de mudança no sistema internacional. Mudanças profundas nas suas formas de articulação, nas suas configurações geopolíticas, nas suas estruturas de autoridade e de poder, nos processos sociais e culturais que o suportam e nas estruturas económicas e políticas dos Estados que o compõem. Ainda que se possa argumentar sobre a existência de períodos históricos de intensa internacionalização e de mutações nas diversas dimensões relacionais da vida social que se lhe associam, a verdade é que hoje o seu espectro é bem mais alargado e intenso do que outrora, com implicações ao nível dos contextos tradicionais de acção regulatória dos Estados-Nação.

Mas, no contexto geral da globalização e dos processos dialécticos de interacção global/local que lhe estão subjacentes, o que interessa fundamentalmente

* Este texto condensa alguns resultados da dissertação de Mestrado recentemente apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, intitulada “*Globalização, Nova Ordem Regulatória Agrícola e Mal-Estar Social. Estudo dos Conflitos Rurais em Portugal entre 1986 e 1996*”.

** Sociólogo. Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Leiria/Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

focar são os seus efeitos localizados, ou seja aquilo a que Boaventura Sousa Santos chama de “*globalismos localizados*” (1995:263).

2. DESDOBRAMENTOS DAS MUDANÇAS NO DOMÍNIO AGRÍCOLA

Como desdobramento de todas estas mudanças, a articulação entre as dimensões transnacional, internacional e nacional vem sendo modificada na direcção do fortalecimento e expansão da primeira relativamente à segunda e de ambas em relação à última.

É o que se passa também no domínio agrícola, onde estas articulações e interdependências tendem a unificar espaços, agriculturas e agricultores numa escala alargada. Uma escala que não se limita apenas à escala da Europa, por via da Política Agrícola Comum. Mas que se deve estender à escala mundial, por via do acordo agrícola do GATT¹, resultante da ronda do Uruguai, concluída em 1993, mas que foi iniciada em 1981 e que condicionou fortemente a própria reforma da PAC em 1992. A assinatura do acordo implicou, por exemplo, a redução do Princípio de Preferência Comunitária e promoveu o mercado mundial como factor nivelador dos preços agrícolas.

Não se pode esquecer também que, sobretudo nas mudanças de ordem económica, praticamente todas as nações estão a ser integradas mediante a liberalização crescente das suas economias e a maior abertura ao mercado mundial, com todas as consequências ou *riscos*, para utilizar a expressão de Beck (1992), que a exigência de competitividade, à escala global, acarreta para as economias nacionais.

Ora, um dos efeitos mais visíveis da globalização é o da produção de rupturas e de desequilíbrios sociais à escala local, que geram situações de crise.

Uma crise, aliás, patente no discurso predominante dos actores ligados ao sector agrícola. Crise no escoamento da produção, crise nos preços e nos rendimentos, enfim, crise no peso económico e na importância social da agricultura.

Se analisarmos alguns resultados económicos da agricultura, no período estudado, verifica-se que eles corroboram este discurso da crise. Por exemplo, o peso relativo da agricultura na economia desceu de 5,7% em 1986 para 3,4% em 1995. No mesmo período, os preços agrícolas desceram 39%. Mesmo se contabilizarmos os efeitos de amortecimento causados pelas ajudas e subsídios comunitários (na ordem dos 500 milhões de contos), a descida é apenas atenuada em 4%. Naturalmente que esta quebra se reflectiu nos rendimentos dos agricultores, que baixaram cerca de 50%. Vale ainda a pena referir que esses rendimentos foram, no mesmo período, inferiores em 40% à média comunitária (Pinto, 1997: 30).

¹ O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) O GATT foi estabelecido em 1947, em conjugação com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tendo como objectivo a liberalização do comércio de bens manufacturados entre as 23 partes contratantes originais. A *Ronda do Uruguai* contou já com 105 países participantes. Quando, em 1986, foi iniciada a Ronda do Uruguai, na declaração de abertura era afirmado que: "as partes contratantes concordam que há uma necessidade urgente de trazer mais disciplina ao comércio mundial de produtos agrícolas (...). As negociações deverão visar uma maior liberalização do comércio em agricultura e submeter todas as medidas que afectam o acesso à importação e a concorrência na exportação a regras mais fortes e operacionalmente efectivas através: i) da melhoria do acesso aos mercados; ii) de uma maior disciplina no uso de todos os subsídios directos e indirectos que afectam directa e indirectamente o comércio agrícola; e iii) minimizando as barreiras fitossanitárias" (Jorge, 1995: 290-291).

3. SOCIOLOGIA DOS CONFLITOS

Tal como assinalava Wolf (1976), relativamente a períodos históricos anteriores e a outros espaços, as revoltas rurais não são mais do que reacções locais a grandes transformações nos contextos macro-políticos e macro-económicos mais vastos. Foi transpondo esta ideia para o momento presente que se procurou interpretar alguns conflitos rurais ocorridos em Portugal entre 1986 e 1996.

Com base num registo sociográfico de conflitos foi possível observar que, à margem do que, nas duas décadas anteriores era habitual, se realizaram reuniões e concentrações, manifestações de rua ou obstruções de vias ferroviárias e rodoviárias, o que, aliás também aconteceu em França, Espanha ou na Grécia. A generalização dessa conflitualidade no espaço nacional é visível na Figura 1 da página seguinte.

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DOS CONFLITOS REGISTRADOS (1986-1996)



O ano de maior intensidade deste tipo de protesto foi o de 1993. Justamente o ano seguinte à reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que inflectiu a política de fomento da produção. Situação esta que não foi compreendida pelos agricultores de um país com elevada dependência alimentar do exterior, que se sentiram produtivamente marginalizados.

Por outro lado, a nova PAC colidiu com valores e práticas fortemente enraizadas na população rural. Colidiu com o princípio da maximização do aproveitamento e o da minimização do abandono ou o da dignidade de viver do próprio trabalho (Hespanha, 1998), agora postos em causa pelos subsídios e ajudas, que apesar de tudo são aceites como uma espécie de mal-menor, mesmo que acarretem burocracia e sejam desigualmente distribuídos.

Mas este ano de 1993 - ano de maior intensidade de conflitos - foi também o ano do Mercado Único, da abertura total de fronteiras. Cabe aqui sublinhar que a guerra contra as importações constituiu o conflito mais marcante e explosivo no período em análise. Mas 1993 foi também o ano terminal da fase de transição da agricultura nacional, acordado para 1995, mas que acabaria por ser antecipado dois anos. E 1993 foi ainda o ano da assinatura dos acordos do GATT na ronda do Uruguai, tendentes à maior liberalização das trocas à escala mundial e que como já se referiu teve influência na reforma da PAC em 1992 e esta, por sua vez, teve e tem importância decisiva na agricultura e nos espaços rurais em Portugal.

Chegados a este ponto, algumas questões emergem da análise dos estudos de caso que se desenvolveram.

O recrudescimento da conflitualidade mostra, por si só, que a agricultura e os espaços rurais, embora redefinidos por processos de internacionalização e de modernização da economia nacional, tendem a persistir como problemas carentes de soluções adequadas.

Problemas que se prendem, por um lado, com a crise do modelo agrícola em declínio, que esteve na base dos conflitos que designei de defensivos ou de sobrevivência, onde se incluem as relações conflituais em torno da implantação de certas infra-estruturas do Estado ou de concessionários, a propósito, por exemplo das reservas de caça ou da plantação de eucaliptos².

E problemas que, por outro lado, estão claramente referenciados à dificuldade de implantação do modelo emergente, orientado para o mercado e que esteve na base dos conflitos que designei de mercado, onde se incluem os cinco estudos de caso: o caso da fruta, o caso do leite, o caso dos cereais, o caso da suinicultura e o caso do tomate, cujo critério de escolha teve por base a cobertura da diversidade espacial, sectorial e social dos produtores-activistas.

O conflito dos produtores de fruta foi originado pelo aumento das importações. Surgiu a partir de 1989 e teve um recrudescimento em 1993 com o agravamento dos preços de mercado. Envolveu principalmente produtores de média dimensão da região do Oeste que estão muito ligados ao mercado. Este conflito tornou-se especialmente importante por ter arrastado consigo outras camadas de agricultores e por ter assumido formas de acção radicais e modelos de organização mais elaborados.

O conflito em torno do leite teve como causa o fim da protecção estatal. Surgiu, pela primeira vez, em 1988 na região da Beira Litoral em consequência da suspensão de ajudas financeiras do Estado e envolveu pequenos produtores de leite,

² Estes conflitos só podem ser verdadeiramente compreendidos em toda a sua intensidade e radicalismo pela existência acumulada de causas de mal-estar e de descontentamento. Uma vez que estes conflitos apresentam dimensões, eu diria mais subtis, a seu estudo exige um outro tipo de análise, em metodologias de recolha de informação mais profunda: mais observação directa, por exemplo.

associados das cooperativas agrícolas. O movimento recrudesciu em 1994 com o caso *Parmalat* que obrigou a uma profunda reestruturação do sector. Este caso torna-se também importante pelo facto de nele se evidenciar uma maior ligação com o movimento confederativo e por mostrar a relação conflitual com multinacionais.

O conflito dos produtores de cereais foi originado pelo processo de atribuição de ajudas ao rendimento. Além disso, relacionou-se, como nos casos anteriores, com a quebra de rendimentos. A atribuição de rendimentos compensatórios a produtores marginais veio ocasionar situações de irregularidade, envolvendo cooperativas agrícolas no Alentejo e noutras regiões, o que veio agravar o mal-estar já existente.

O conflito dos suinicultores foi originado pela regulamentação sanitária do sector que colocou em causa as explorações familiares e também pela importação crescente de carne de suíno, sobretudo proveniente de Espanha. Este caso focalizou-se na região da Beira Litoral. Nos anos 90, a importação maciça de carne de suíno, por parte da indústria transformadora, veio acentuar a crise no sector.

Finalmente o conflito dos produtores de tomate, cuja causa principal reside na crise das empresas transformadoras. Estes conflitos agudizaram-se no segundo semestre de 1992 em consequência da falência ou falta de pagamento aos produtores de tomate por parte das empresas transformadoras da zona de Santarém. O caso envolveu pequenos seareiros que ficaram endividados no decurso da campanha e assumiu proporções dramáticas. Este caso é particularmente importante porque mostra bem as relações conflituais entre os produtores e o complexo agro-industrial que os envolve, quer a montante, quer a jusante da produção.

Uma outra questão importante diz respeito a um conjunto de *nuanças* particulares que a conflitualidade apresenta e que a distingue de outros momentos históricos de grande intensidade conflitual³. Estas *nuanças* resultam tanto das novas propostas de interpretação que têm surgido no campo das ciências sociais, como das redefinições empiricamente verificáveis que têm ocorrido nos espaços rurais em Portugal.

Ao nível dos actores envolvidos, é de realçar o grande envolvimento das organizações que representam os interesses dos agricultores, nomeadamente da Confederação Nacional de Agricultura e da Confederação dos Agricultores de Portugal. O que implica dizer que as lutas foram mais organizadas do que espontâneas. Sem prejuízo, no entanto, do papel decisivo que desempenharam alguns líderes rurais, que apropriadamente Hobsbawm (1965) designou como “bandidos-heróis”⁴.

Relativamente aos conteúdos ideológicos mobilizadores eles parecem estar desvinculados dos tradicionais discursos revolucionários. Eles contemplam agora a defesa de direitos de maior abrangência, que passam pela questão da cidadania, quer à escala nacional, quer à escala europeia quando são feitas referências comparativas. Neste domínio, o Estado torna-se o antagonista privilegiado - em vez do mercado - porque não é capaz de simultaneamente defender os interesses dos seus cidadãos e de gerir os seus compromissos externos.

Quanto aos padrões de luta utilizados, eles são de capital importância, podendo uma escolha errada comprometer o sucesso dos movimentos. Foi o que aconteceu com a destruição pública de produtos. Muito seguido noutros países, este procedimento teve efeitos contraproducentes no caso português. O que levou os

³ Como as greves rurais de 1910-1912, a conflitualidade ocorrida durante o regime salazarista ou a conflitualidade ocorrida a propósito do processo controverso da reforma agrária

⁴ Foi o caso do conhecido Júlio Sebastião.

activistas a optar pela distribuição gratuita de produtos, como forma mais adequada de captar solidariedades.

Ainda neste domínio, é de sublinhar o trabalho de encenação em torno de formas espetaculares. Por exemplo, do caso da “vacalândia” – assim designado pelos organizadores pertencentes à Associação de Jovens Agricultores de Portugal - ocorrido no Mindelo, que consistiu na exposição pública de vacas doentes e famintas durante uma semana, o que chocou sobremaneira a opinião pública.

Uma outra dimensão importante na conflitualidade analisada é a dimensão da formatação mediática dos conflitos. As capacidades de mobilização rompem com o tradicional localismo e isolamento dos conflitos que eclodiam nos espaços rurais. O espaço urbano e o espaço mediático tornaram-se cenários privilegiados das lutas. A presença dos *media*, sobretudo da televisão, durante os episódios conflituais - alguns deles temporizados e organizados em função dessa presença - serve para amplificar os acontecimentos. Para lhes oferecer um auditório nacional, para os translocalizar, enfim, para os urbanizar. Mas quando acontece o contrário, a ausência dos *media*, como que nega a existência de mal-estar acumulado, do conflito e, às vezes até, do rural.

4. NOTA CONCLUSIVA

Em jeito de conclusão, importa referir que o recrudescimento da conflitualidade rural em Portugal entre 1986 e 1996 é contextualizada por um momento de crise, marcado por reajustamentos causados pela internacionalização e modernização da economia nacional, mais visíveis com a adesão às Comunidades Europeias em 1986. Mas este momento é também um momento marcado pela globalização dos fenómenos económicos e pelo mal-estar, descontentamento e revolta que tem causado. Exemplo disso mesmo foi o que aconteceu recentemente em Seattle, a propósito da Conferência da Organização Mundial do Comércio, que entretanto substituiu as desajustadas estruturas do GATT.

Um momento de crise que, nestas circunstâncias, não pode ser cinscunscrito a factores de ordem local que se prendem, por exemplo, com a debilidade estrutural da agricultura portuguesa.

Os agricultores parecem conhecer bem os efeitos desta multiplicidade de causas acumuladas. E têm respondido a esses efeitos através da rebeldia e da luta.

Referências bibliográficas:

Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*. London, Sage.

Caleiras, J. (2000) *Globalização, Nova Ordem Regulatória Agrícola e Mal-Estar Social. Estudo dos Conflitos Rurais em Portugal entre 1986 e 1996*. Dissertação de Mestrado apresentada à FEUC.

Giddens, A. (1990) *The Consequenses of Modernity*. Oxford, Polity Press.

Hespanha, P. et al. (1998) *O Modelo Agrícola e a Integração dos Espaços Rurais Perante a Reestruturação da Sociedade Portuguesa*. Coimbra, CES.

Hobsbawm, E (1965) *Primitive Rebels*. New York, W.W. Norton.

Jorge, R. F. (1995) *A Agricultura e a Sociedade Rural do Sul da Europa no Novo Contexto*. III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Lisboa, SPER.

Pinto, A. S. (1997) *A Situação da Agricultura Portuguesa*. Revista do Agricultor, nº 101, pp-29-35.

Robertson (1992) *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London, Sage.

Santos, B.S. (1995) *Towards a New Common Sense*. New York, Routledge.

Wolf, E. (1976) *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar.